



Instituto Federal de Brasília
Campus Samambaia
Licenciatura em Educação Profissional e Tecnológica

José de Arimatéia Anselmo

**PRINCÍPIOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA TRANSPOSTOS PARA O AMBIENTE
CORPORATIVO**

Brasília
2020

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA
DO CAMPUS SAMAMBAIA DO IFB**

Bibliotecária: Gracielle Ribeiro – CRB 1/2128

A618p Anselmo, José de Arimatéia
Princípios da educação inclusiva transpostos para o
ambiente corporativo / José de Arimatéia Anselmo. -- Brasília,
2020.
41 f. : il.

Monografia (Licenciatura em Educação Profissional) –
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília,
2020.

Orientadora: Mônica Luciana da Silva Pereira

1. Professores - Formação. 2. Programas de estágios. 3.
Educação inclusiva. I. Pereira, Mônica Luciana da Silva. II. Título.

CDU 377.8-027.22

José de Arimatéia Anselmo

PRINCÍPIOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA TRANSPOSTOS PARA O AMBIENTE CORPORATIVO

Trabalho de conclusão de Curso de Licenciatura em Educação Profissional e Tecnológica do *Campus* Samambaia do Instituto Federal de Brasília como requisito parcial para obtenção de título de Licenciado em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientadora: Mônica Luciana da Silva Pereira

José de Arimatéia Anselmo

PRINCÍPIOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA TRANSPOSTOS PARA O AMBIENTE CORPORATIVO

Trabalho de conclusão de Curso de Licenciatura em Educação Profissional e Tecnológica do *Campus* Samambaia do Instituto Federal de Brasília como requisito parcial para obtenção de título de Licenciado em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado em: 06 de outubro de 2020

BANCA EXAMINADORA

Profa. Mônica Luciana da Silva Pereira – Orientadora

Profa. Doutora Fabiana Casarin

Prof. Mestre Gustavo Aguiar Malafaia de Araújo

Dedicatória

A minha família que suportou minha ausência durante essa trajetória.

AGRADECIMENTOS

A minha família que sempre esteve presente e colaborando para meu desenvolvimento pessoal e intelectual.

Meus educadores que de alguma forma contribuíram para modificar e forjar entendimentos sobre educação que em outrora me pareciam verdades absolutas e que na verdade são apenas estágios passíveis de mudança.

Meus colegas de curso que me socorreram nas minhas dificuldades.

Ao meu “Senhor”, pai de todas as coisas, que me concede o sopro a cada alvorecer, força para prosseguir mesmo quando tudo parece encaminhar ao precipício, sabedoria para recuar e realinhar quando é necessário e coragem para aprender e reaprender direcionando meu eu a tornar-se um igual entre todos.

Epígrafe

“A angustia e sofrimento são sentimentos que deveriam se apresentar em momentos de tristeza e problemáticas, essa seria a lógica. Acontece que em produção de trabalho de conclusão de curso isso surge de forma dobrada, pense num tormento!

(O autor).

RESUMO

Esse relato de experiência tem por finalidade mediar a reflexão acerca dos fundamentos da educação inclusiva transpostos para o ambiente corporativo através da análise das legislações que norteiam a inclusão de pessoas com necessidades específicas no ambiente educacional e corporativo. Numa outra vertente, apropria-se das observações e práticas utilizadas nos componentes curriculares de estágio supervisionado para a compreensão de como funciona a execução das práticas inclusivas nos ambientes supracitados. Recorrendo a metodologia descritiva, busca-se examinar as perspectivas, acontecimentos e sensações obtidas durante o processo de construção do conhecimento. Para tanto, não só as experiências compartilhadas em sala de aula serviram de base para a construção deste trabalho, mas também, o processo de ensino-aprendizagem e a experiência de um formando enquanto profissional de contabilidade.

Palavras-chave: Estágio Supervisionado. Educação. Legislação.

ABSTRACT

This experience report aims to mediate the reflection on the fundamentals of inclusive education transposed to the corporate environment through the analysis of the laws that guide the inclusion of people with specific needs in the educational and corporate environment. In another aspect, it appropriates the observations and practices used in the supervised internship curricular components to understand how the implementation of inclusive practices works in the environments mentioned above. Using descriptive methodology, we seek to examine the perspectives, events and sensations obtained during the process of knowledge construction. Therefore, not only the experiences shared in the classroom served as a basis for the construction of this work, but also the teaching-learning process and the experience of a trainee as an accounting professional.

Keywords: Supervised Internship. Education. Legislation.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	METODOLOGIA	12
2.1	Delimitação da proposta	12
2.2	Público alvo	14
3	EDUCAÇÃO COMO OBJETO DE EMANCIPAÇÃO	16
3.1	Educação	16
3.2	Educação inclusiva e o mundo do trabalho	19
4	ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO	22
4.1	Estágio supervisionado I: observação da prática docente	22
4.2	Estágio supervisionado II: entrevistas como instrumento de coleta de dados	22
4.3	Estágio supervisionado III: idealização e elaboração do curso de formação inicial e continuada – FIC	24
4.4	Estágio supervisionado IV: apresentação e intervenção do FIC	25
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	35
	REFERÊNCIAS	36
	APÊNDICE A	38
	APÊNDICE B	38

1 INTRODUÇÃO

O ato de educar tem por finalidade orientar o indivíduo ao entendimento sobre fenômenos econômicos, políticos e sociais que se fazem presente numa sociedade. Nesse sentido, o professor é indispensável nesse processo pois, sugere-se que ele seja o caminho mais sólido para se chegar ao conhecimento, haja vista sua formação e trajetória o ter concedido envergadura para construção e intermediação do saber.

Disso convém afirmar que, o educador é considerado o mediador na construção do conhecimento e suas ações direcionam o indivíduo na formação de seu intelecto.

O educador, como peça fundamental no processo de ensino-aprendizagem utiliza de suas práticas pedagógicas, as quais, devem ser revestidas de comprometimento e responsabilidade (Freire, 1979), e devem ser pautadas na empatia e no acolhimento (Vygotsky (1896-1934)), como forma de compreensão da conjuntura sociocultural e econômica dos indivíduos de modo a valorizar o conhecimento de mundo que esses possuem em função de sua própria condição.

Todavia, “para que se possa melhorar a capacidade reflexiva” (LIBÂNEO, 2005, p. 76) do educando “sobre o que o como mudar” (LIBÂNEO, 2005, p. 76), tendo em vista que essa é uma das funções do educador, “são necessárias estratégias, procedimentos, modos de fazer, além de uma sólida cultura geral, que ajudam a melhor realizar o trabalho” (LIBÂNEO, 2005, p. 76) e a promover a esses aprendizes a apropriação de uma educação emancipadora e libertária das amarras apresentadas numa sociedade capitalista. Contudo, Libâneo (2005) acrescenta que a reflexão sobre a prática não resolve tudo, a experiência refletida não resolve tudo.

Todo processo que envolve relações humanas requer interação entre os indivíduos e para que ocorra a inclusão social dos portadores de necessidades específicas nesse meio é importante prever que toda pessoa tem o direito de acesso à educação, em igualdade de condições e de permanência na escola. Toda pessoa aprende, porém, o processo de aprendizagem é singular e o convívio no ambiente escolar comum beneficia a todos, haja vista que se trata de um local de vivências sociais e relacionais significativas e, por isso, a educação inclusiva diz respeito a todos.

Assentado o direito à educação na Constituição Federal, destacam-se ainda normas legais que norteiam a inclusão no ambiente educacional e também no ambiente corporativo tais como a Lei 13.146 de 06 de julho de 2015, a Lei 8.213 de 24 de julho de 1991, dentre outras.

Diante disso, este relato de experiência tem por finalidade mediar a reflexão acerca dos fundamentos da educação inclusiva no ambiente educacional transpostos ao corporativo analisando as legislações pertinentes que norteiam esse processo por meio das observações e práticas utilizadas nos componentes curriculares de estágio supervisionado para a compreensão de como funciona a execução de práticas inclusivas no ambiente educacional e compará-las às práticas aplicadas no ambiente corporativo.

Para o desenvolvimento deste relato, levou-se em consideração a experiência no fazer docente vivenciada pelo autor durante o curso de Licenciatura em Educação Profissional e Tecnológica, do Instituto Federal de Brasília oferecido pelo *Campus* Samambaia bem como a experiência do autor como profissional de contabilidade no meio corporativo.

A licenciatura oferece formação pedagógica, para quem já possui alguma formação em bacharel ou tecnóloga e possibilita aos educandos um senso crítico, capaz de inter-relacionar conteúdo da diversidade humana e cultural, históricos, políticos e sociais nos processos educacionais da educação profissional e tecnológica.

A trajetória do curso perpassa do teórico ao prático e exige dos educandos a elaboração de produtos pedagógicos que os propiciam debruçarem-se sobre a literatura de modo a suscitar ressignificação de seu conhecimento sobre educação. De outra maneira, procura edificar o saber pedagógico e a prática docente.

Desse modo, este relato se justifica, pois visa contribuir para reflexão de futuros educandos, bem como dos professores da Licenciatura e outros leitores interessados em conhecer sobre as experiências e práticas vivenciadas nessa formação. Além disso, relatos são de grande importância para o meio acadêmico, pois podem proporcionar novos conhecimentos sobre práticas e vivências, bem como de temas relacionados a diversas áreas.

2 METODOLOGIA

Este trabalho foi desenvolvido a partir das simulações de práticas pedagógicas em aulas para professores e colegas, observações em aulas de docentes do campus, entrevistas com alunos do campus, elaboração de todos os requisitos para um curso de formação inicial continuada (FIC), ou seja, toda a vivência discente durante a trajetória no curso de Licenciatura em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Brasília, *Campus Samambaia*) e também da experiência na trajetória laborativa de um profissional de contabilidade

Foi utilizada a metodologia descritiva para transcrever perspectivas, acontecimentos, percepções e sensações ocorridas durante o processo de construção do conhecimento pois, segundo Gil (2002), as pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis.

Utilizou-se ainda uma entrevista semiestruturada como instrumento de coleta de dados que para Lakatos (2003) tem como objetivo principal a obtenção de informações do entrevistado, sobre determinado assunto ou problema.

O relato de experiência, por sua vez, abarcou quatro fases de estágios supervisionados, as quais, partem da observação e resultam na intervenção em cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) da educação profissional oferecidos pelo IFB. Daltro e Faria (2019) apontam o relato de experiência como uma importante narrativa científica e que compreende um trabalho de linguagem, uma construção caráter de síntese provisória, aberta à análise e à permanente produção de saberes novos e transversais. Segundo as autoras, “configura-se como narrativa que, simultaneamente, circunscreve experiência, lugar de fala e seu tempo histórico, tudo isso articulado a um robusto arcabouço teórico, legitimador da experiência enquanto fenômeno científico (Daltro e Faria, 2019, p. 13).” Visto desta forma, esse tipo de narrativa pressupõe a não dar última palavra.

2.1 Delimitação da proposta

A proposta para primeira fase do estágio supervisionado originou-se na observação do estagiário em aulas de componentes curriculares relatadas na página 22, no subitem 4.1, dentro das quais se assistiu, de forma não participativa, a interação entre professor e aluno,

os recursos didáticos e pedagógicos, as metodologias, estratégias e processos avaliativos na aplicação de teoria e prática.



Fonte: Google (2020)

Na fase seguinte, melhor descrito na página 22, subitem 4.2, foi elaborado questionário com 5 (cinco) questões e aplicado aos educandos do ensino médio noturno, do curso Técnico de Edificações do IFB, *campus* Samambaia, com o objetivo de colher informações acerca de seu dia a dia no curso, relações entre alunos, professores, servidores e a escola, suas percepções sobre o que é ser professor, como se enxergam no seu processo de aprendizagem e quais expectativas em relação a seus cursos.



Fonte: Google (2020)

Para o terceiro momento, melhor narrado na página 24, subitem 4.3, elaborou-se um plano de curso FIC contendo todos os requisitos didáticos e pedagógicos, afim de submetê-lo ao colegiado para validação e trâmite burocrático com o objetivo de oferecer à sociedade.



Fonte: Google (2020)

Na etapa final do estágio, descrito na página 25, subitem 4.4, se deu a aplicação do objeto principal da jornada educacional do formando onde a intervenção se materializa no fazer docente partindo do arcabouço apreendido no trajeto da formação acadêmica.



Fonte: Google (2020)

2.2 Público alvo

Para o estágio I, optou-se por observar dois componentes curriculares do curso de Ensino Médio Integrado em Controle Ambiental do IFB, *Campus* Samambaia. A primeira denominada tratamento de águas residuárias, com trinta alunos, da turma nominada A, localizada no bloco A, do turno matutino. A segunda denominada microbiologia ambiental, com vinte e três alunos, da turma nominada A, localizada no bloco A, do turno matutino.

No estágio II, utilizou-se das entrevistas com dez alunos do PROEJA, do Curso Subsequente Técnico em Edificações, do período noturno.

No estágio III, elaborou-se o curso FIC denominado “Direitos Humanos, Ética, Convivência Democrática e Educação Inclusiva na Construção da Sociedade Possível”, com duração de sessenta horas aulas a ser ministrado pelos estagiários, no próprio *Campus*.

Já no estágio IV, foram oferecidas e sorteadas trinta vagas para cento e seis inscritos no curso FIC e resultaram em onze matriculados. A aula inaugural se deu dia 02 de março de 2020 com a participação e presença de cinco alunos.

A seguir será desenvolvido a fundamentação teórica que norteou esse relato de experiência.

3 EDUCAÇÃO COMO OBJETO DE EMANCIPAÇÃO

Pensar na educação como instrumento formador do ser humano implicaria em reconhecer a finitude humana segundo a perspectiva Freireana.

A partir do pressuposto de que o sujeito está em constante transformação/construção, pode-se aferir que ele é um produto inacabado e em face dessa condição reforça a ideia de sua discordância com determinados condicionamentos históricos, desde que consciente.

Segundo Freire (2010):

Onde há vida, há inacabamento. Mas só entre mulheres e homens o inacabamento se tornou consciente. A invenção da existência a partir dos materiais que a vida oferecia levou homens e mulheres a promover o suporte em que os outros animais continuam, em mundo. Seu mundo, mundo dos homens e das mulheres. A experiência humana no mundo muda de qualidade com relação à vida animal no suporte. (FREIRE, 2010, p. 50).

O ser consciente necessita de educação. A educação iniciada da compreensão do inacabamento humano resulta numa educação que objetiva a formação do próprio ser humano. “Mulheres e homens se tornaram educáveis na medida em que se reconheceram inacabados. Não foi a educação que fez mulheres e homens educáveis, mas a consciência de sua inconclusão é que gerou sua educabilidade” (FREIRE, 2010, p. 58).

O ser humano quando reconhecido como processo em constante construção, estrela desse mesmo processo e consciente de seu inacabamento persegue a superação de seu condicionamento histórico por meio de sua inquietude de pensar e agir e assim busca sua emancipação libertária.

Portanto, através do pensamento de Paulo Freire forja-se uma educação emancipadora em que o sujeito se torna autônomo e racional a medida em que se reconhece liberto da estrutura social opressora e contribui de forma objetiva para construção de uma sociedade emancipada.

3.1 Educação

Educação é um direito inerente ao cidadão. Havendo a necessidade de acesso a ela por qualquer cidadão por omissão ou falta do poder público, essa demanda deveria ser facilmente suprimida, haja vista previsão legal na Carta Magna (1988) que afirma:

“É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda

forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão” (BRASIL, Constituição Federal do Brasil de 1988, art. 205).

Avaliando esse processo, temos a Constituição Federal de 1988 que preceitua no artigo 205 que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família e deve ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Analizando o dispositivo constitucional, pensar em educação sob a ótica da Constituição Federal, garante a todo cidadão acesso a uma educação de qualidade. Na prática, entretanto, requer reflexão.

Se considerar a historicidade é possível identificar fatores que sugerem à condução da educação de qualidade ao privilégio de uma pequena parcela da sociedade como o que ocorreu em 1909.

No Brasil, a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) teve seu início em 23 de setembro de 1909, quando foi promulgado o Decreto nº 7.566 (Brasil, 1909) pelo então Presidente da República, Nilo Peçanha. Tal norma estabeleceu nas capitais dos Estados as "Escolas de Aprendizes Artífices", com o principal objetivo de qualificar a classe proletária para atender a economia acentuadamente agrário-exportadora, com predominância das relações de trabalho rurais pré-capitalistas (Brasil, 2019).

Essa iniciativa surge viciada de ideologia discriminatória, excludente e disciplinadora haja vista que, estes estabelecimentos educacionais se destinavam a atender aos filhos de pobres e desfavorecidos da fortuna para que aprendessem um ofício para manutenção de sua subsistência. De outra maneira, ascendeu a classe burguesa que era dominadora às profissões voltadas ao intelecto, contribuindo como forma e sentido ao cerne do capital.

Considerando ainda que no Brasil a educação não parece ser tratada como prioridade conforme demonstraram as ações dos últimos governos, pode-se imaginar o que suscita-se desse cenário.

Em 2010 o governo do partido dos trabalhadores (PT) reduziu o orçamento em R\$ 1,28 bilhão de reais (Veja, 2020). No governo seguinte, também do PT, em 2015 reduziu a verba orçamentária em 9,42 bilhão de reais (G1, 2020). Para 2021, o governo do Presidente Bolsonaro pretende encolher os recursos em 4,2 bilhão de reais (Senado Federal, 2020).

Essas ações contribuem de forma comunal para aumentar ainda mais discrepâncias quando se trata de educação, pois, presume-se que a qualidade também está associada a investimento.

Numa outra vertente, a educação é desvirtuada por ideologias que a submete aos desmandos de governos temporários que, ao seu bel prazer, adaptam as diretrizes de acordo com seus planos partidários sem considerar a conjuntura social.

Assim, conforme delineado, educação de qualidade mais parece com um objeto de desejo, pois, fatores sugerem que o indivíduo dependa de condição social para alcançá-la.

Contudo, apesar da balança apoiar uma ideia de que educação de qualidade é para poucos, estudiosos se colocam em rota de colisão a essa conveniência. Piletti (2018), amparado no ordenamento, dialoga com Darcy Ribeiro sobre o inciso I do artigo 206 da norma pátria onde essa assevera que o ensino será oferecido em pé de igualdade para que o indivíduo ingresse e continue na unidade escolar.

A "educação" como objeto de emancipação do indivíduo perpassou e ainda perpassa por contradições e intensas modificações nas práticas pedagógicas, embora, direta ou indiretamente estas práticas persistem em se apresentar como forma de reprodução representada na postura do professor que detém o conhecimento e utiliza seus alunos como meros depositários.

Contrapondo essa ideia, Freire (1979) sugere que o compromisso com a humanização do homem, que implica uma responsabilidade histórica, não pode realizar-se através do palavrório, nem de nenhuma outra forma de fuga do mundo, da realidade concreta, onde se encontram os homens concretos. Nessa perspectiva, torna-se claro que educar é uma ação pedagógica precedida de responsabilidades e principalmente empatia ao próximo haja vista que, suas orientações promovem profundas mudanças na vida do educando e assim podem impulsionar seu intelecto ao sucesso ou fracasso, seja ele pessoal ou profissional.

Dessas prerrogativas, pode-se aferir que o educando é e sempre será objeto de realização dos mestres, pois é dele que se extrai capacidades inatas a serem transformadas em ferramentas de emancipação.

Conforme Dewey (1979):

Ensinar bem é ensinar apelando para as capacidades que o aluno já possui, dando-lhe, do mesmo passo, tanto material novo quanto seja necessário para que ele reconstrua aquelas capacidades em nova direção, reconstrução que exige pensamento, isto é, esforço inteligente. (DEWEY, 1979, p. 93)

Assim, a busca pelo conhecimento perpassa uma via de mão dupla, em que os sujeitos ensinam ao mesmo tempo em que aprendem, de modo que suas ações transformam e retransformam a si e aos outros, inclusive, o próprio conhecimento que nunca é estanque. Afere-se, desse modo, que o processo de ensino-aprendizagem requer dos envolvidos reflexões constantes sobre suas ações de tal maneira que elas possam nortear

satisfatoriamente o contexto educacional. Aliado a isso, a interação entre o conteúdo programático e o arcabouço dos atores envolvidos nesse ambiente tende a estabelecer uma dialética favorável na construção do conhecimento.

3.2 Educação inclusiva e o mundo do trabalho

Ratificada no ordenamento legal como Lei 13.146/2015, a Lei Brasileira de Inclusão (LBI), esta foi constituída com o objetivo de assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania. Esta norma foi criada com intuito de reduzir diferenças existente no sistema educacional.

Em outrora, a pessoa com necessidade específica era tida como um aluno problema pois, devido as suas características físicas, intelectuais ou mentais, tornava-se ponto de dificuldade na aprendizagem. Essa distinção se fazia presente na sociedade através das escolas especiais para atender especificamente a esse público.

Ainda no cenário da inclusão, embora no ambiente corporativo, a Lei 8.213/1991 determina segundo o art. 93, que as empresas que mantenham em seu quadro de funcionários 100 (cem) ou mais colaboradores, está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) de seus empregados beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência habilitadas ao trabalho.

A exemplo das normas citadas, observa-se que, na necessidade de se aprofundar no ordenamento legal quanto ao tema da inclusão, percebe-se que a legislação brasileira está repleta de dispositivos jurídicos que tem por finalidade amparar as distorções existentes no meio social.

Não obstante, fazendo um comparativo sobre a LBI e a norma que trata das quotas de pessoas com necessidade específicas no ambiente corporativo em geral, em especial, o contábil, de imediato a percepção que se tem é de tratamento diferenciado entre os dispositivos jurídicos.

A educação como direito é uma previsão legal e integral alicerçada na norma pátria, ao passo que a inclusão de quotas no ambiente empresarial está contida, de uma forma pormenorizada, numa regra voltada a Planos de Benefícios da Previdência Social e depende de fatores para sua implementação.

O próprio texto da Lei 8.213 de 24 de julho de 1991 que rege as quotas já delimita a implementação da obrigação por parte do empresariado.

Ao contrário das quotas envolvendo o ambiente empresarial, no educacional a norma 9.394/1996 denominada Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), em seu art. 58º oferece preferivelmente na rede regular de ensino educação especial para pessoas com necessidades específicas e, portanto, sugere abrangência no meio social.

Considerando a norma inclusiva no ambiente empresarial, vale ressaltar que numa economia em que a maior parte das entidades empresariais são constituídas sob a forma de micro e pequenas empresas, já se mostra uma ideia de como isso funciona. Relacionando esses dados à força de trabalho, pode-se aferir que, por se tratar de pequeno negócio, dificilmente o quadro de funcionários destas firmas atinge 100 (cem) colaboradores.

Do ponto de vista de um profissional de contabilidade, observa-se que sob a ótica do empresariado, o retorno ao capital investido deve ser o principal objetivo de seus negócios. Logo, colaboradores que contribuem menos à produção são deixados à margem da relação trabalho/emprego, e isso ocorre principalmente por preconceito.

Em ambientes corporativos mais robustos, outro ponto acrescenta a essa dolorosa realidade. As instituições quando se aproximam do limite de quotas, aderem a outros dispositivos legais como forma de redução de custos e maior aproveitamento da força de trabalho por acreditarem que deficiências, por assim dizer, limita a produção. Nesse cenário, podemos citar Lei 10.097/2000 conhecida como a Lei do menor aprendiz, ou ainda, a Lei 11.788/2008 nominada Lei do estágio.

Assim, pode-se sugerir que absorção da força de trabalho no mercado corporativo pode estar relacionado a condição física, mental ou intelectual do sujeito

Do cenário empresarial compreende-se ainda que sua estrutura se modifica para atender basicamente às necessidades legais, incorporando pouco ou quase nada pessoas com necessidades específicas. Combinando essa analogia com o cenário educativo, sugere-se que o mesmo acontece nas escolas, pois dados como acessibilidade, qualificação de servidores e educadores na atenção à educação inclusiva, material didático para produção do conhecimento, dentre outros, dificultam o acesso desse público ao processo de construção do conhecimento.

Nesta lógica, Costa (2013) defende que:

A presença de alunos com deficiência nos espaços de formação profissional ainda é inexpressiva, o que dificulta sobremaneira o acesso desse segmento social ao mundo laboral. Sem essa capacitação para o trabalho, que propicia a aquisição de comportamentos, conhecimentos e habilidades necessários ao desempenho profissional, às pessoas com deficiência, são reservadas vagas que exigem escassa ou nenhuma qualificação e que, por decorrência, remuneram com os menores salários e não gozam do reconhecimento corporativo e social. Tal condição acarreta

posteriormente desvantagens nos processos de ascensão profissional e até mesmo para a manutenção do emprego (Costa, 2013, p. 62).

Assim, emancipação do sujeito perpassa a educação e o mundo laboral que são orientados por normas jurídicas e movimentos mercadológicos. Contudo essa receita não garante sucesso desses sujeitos neste cenário à medida em que o mercado de trabalho anseia por um profissional cada vez mais produtivo, inovador e competitivo.

Nascimento e Miranda (2007) brilhantemente corroboram com essa proposição quando afirmam que:

O mundo moderno exige maior escolaridade, qualificação, conhecimentos atualizados e o aprendizado das novas tecnologias, contudo a inserção no mercado de trabalho está cada dia mais difícil, não somente pelas novas exigências do mundo do trabalho, como também pelo aumento do desemprego, entre os mais velhos, os menos qualificados, as camadas mais jovens, principalmente os jovens que não tiveram o primeiro emprego (Nascimento e Miranda, 2007, p. 169).

Dessa problemática, pode-se aferir que a estrutura como um todo requer melhor aparelhamento no sentido de efetivar de fato a ação inclusiva no ambiente educacional e corporativo.

4 ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

O processo de acompanhamento e avaliação foi desenvolvido a partir de quatro etapas conforme a seguir.

4.1 Estágio supervisionado I: observação da prática docente

O estágio iniciado no segundo semestre letivo do ano de 2018, teve como fundamento a observação de aulas ministradas por docentes do Ensino Médio Integrado no Instituto Federal de Brasília, *Campus* Samambaia. A observação se deu no período matutino e foi legitimada por esses mestres após análise e assinatura de relatório elaborado por mim no qual descrevia as percepções e sensações no ambiente de sala de aula.

Nesse documento, transcrevi dados da turma, curso, disciplina, quantidade por gênero, pessoas com deficiência e/ou necessidades específicas, descrição da estrutura física da sala de aula, localidade, metodologia aplicada, recursos utilizados, processos avaliativos, processo de ensino-aprendizagem, domínio por parte do professor dos temas abordados, assimilação dos temas por parte dos alunos, administração de conflitos, interação entre educador e educando e ainda as nuances ocorridas durante a aula, inclusive, pontuações de minha parte acerca da observação.

Neste recorte, vale ressaltar que eu me colocava em uma situação vulnerável haja vista que, aquilo que descrevia no papel poderia não ser abonado pelo titular da componente curricular, pois o mesmo tinha a prerrogativa de se opor a assinar o documento, situação determinante para composição do relatório.

Não só as observações, mas também todo o contexto que se apresentou no ambiente escolar e ainda, o ambiente externo, foram fundamentais para entender que a prática docente é um processo complexo e que demanda dedicação, empatia, acolhimento e, acima de tudo, responsabilidade, pois sendo o professor, um exemplo educacional e social, este pode transformar a vida do indivíduo, seja positiva ou negativamente, dependendo da forma como este atua na sua prática docente.

4.2 Estágio supervisionado II: entrevistas como instrumento de coleta de dados

No segundo semestre da graduação, foi desenvolvido o estágio supervisionado II. Dessa vez, a proposta foi entrevistar alunos do PROEJA (Programa Nacional de Integração da Educação Básica com a Educação Profissional na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos) educandos do curso Técnico em Edificações do *Campus* Samambaia. As perguntas

norteadoras dessa proposição estão referenciadas no apêndice A, transcrito na página 31 do presente relato.

Essa proposta objetivou a coleta de dados por meio de entrevistas semiestruturadas sobre a visão dos alunos a respeito de sua rotina no curso, sua relação com os colegas de classe, professores e servidores, sobre o que é ser professor, como se via no processo de aprendizagem e quais suas expectativas sobre o curso que faziam.

Nessa fase, iniciamos o planejamento ainda em sala de aula quando a docente do componente curricular nos propôs a elaboração de perguntas norteadoras para a realização das entrevistas. A turma foi dividida em grupos com três, quatro e cinco discentes de modo que, parte realizaria a entrevista com os professores e a outra com os estudantes.

Sorteadas democraticamente, as perguntas foram delimitadas aos grupos A, B, C, etc., a aplicação do questionário a dez alunos ou a cinco professores. Nosso grupo ficou encarregado de aplicar o questionário a alunos e assim o fizemos, geralmente nos horários antes de se iniciarem as aulas ou no intervalo haja vista que, nossas aulas coincidiam com a dos entrevistados.

Utilizamos o celular para gravar as entrevistas que foram autorizadas na transcrição dos áudios, em ambientes improvisados como a cantina, o pátio ou até mesmo os corredores da instituição de ensino. A medida em que obtivemos as respostas dos alunos e algo suscitara a inquietude do entrevistador, ele poderia formular alguma outra pergunta desde que estivesse relacionada ao contexto da pesquisa.

Das experiências relatadas dentro do contexto educacional, observei que os quesitos empatia, acolhimento e estrutura são mais incidentes na fala dos questionados dentro do *Campus*. Os entrevistados descreveram que os professores valorizavam o conhecimento que traziam para o ambiente escolar e juntamente com a ementa das unidades didáticas, potencializam o conteúdo de forma a torná-lo atrativo, coisa que outrora não haviam se deparado em outras unidades educacionais.

De outra maneira, também relataram as dificuldades em se adaptarem ao conteúdo robusto, isto porque, sua trajetória anterior havia sido deficitária neste contexto.

Ao ouvir as declarações dos entrevistados recordei-me de minha trajetória educacional e coloquei-me em pé de igualdade pois, também havia sido agraciado pelas mesmas condições. Advindo de estruturas sucateadas, professores se posicionando como detentores do conhecimento, reconhecendo os alunos como depositários desse conteúdo e, ainda, metodologias voltadas ao disciplinamento tornaram-se fatores de exclusão em minha vida educacional à medida em que, nesse contexto, não me ofereceram a oportunidade de

uma educação emancipadora como bem defende o patrono da educação brasileira Paulo Freire. Aliás, até o ingresso no IFB, buscando minhas lembranças, não me recordo de o haver conhecido, nem tampouco lembro-me de ouvir citação em seu nome ou de que ele era o patrono da educação brasileira.

Ressalto, porém, que enveredei do ensino fundamental até o médio técnico em escolas públicas, instituições alicerçadas na rigidez da estrutura militar, estrutura essa que o denomina inimigo da educação brasileira. Talvez, por essa razão, se justifique minha falta de conhecimento desse grande educador durante esse período. Na graduação também não me recordo de ouvir falar de sua literatura.

Contudo, percebo que a entrevista, como subsídio a essa formação oferece-me aparato necessário para atuar da melhor forma possível frente ao fazer docente pois, me coloca no papel de pesquisador, característica necessária à difusão do saber. Ao mesmo tempo em que me reveste de conhecimento me instiga ao aperfeiçoamento diário à uma educação de qualidade.

4.3 Estágio supervisionado III: idealização e elaboração do curso de formação inicial e continuada - FIC

Passado as fases experimentais, no terceiro semestre da habilitação pedagógica, é proposto a elaboração de um curso FIC, onde os discentes são responsáveis por todo o processo. O curso de formação inicial e continuada está referenciado no apêndice B, transcrito na página 31 deste relato.

Sob orientação da professora Stela Teles a turma formada por vinte e oito alunos foi dividida em três grupos de forma que, cada um sugerisse uma modalidade. A princípio surgiram práticas de departamento pessoal, empreendedorismo social e empreendedorismo empresarial.

Alcançado uma semana de estudos sobre a grade curricular, duração, viabilidade, público, dentre outros fatores para cada modalidade, a primeira proposta do meu grupo foi a do curso de Técnicas de Transações Imobiliárias (TTI), sendo que os outros grupos optaram por cursos de Recolocação Profissional ao Mercado de Trabalho e Empreendedorismo, por acreditarem que seriam mais bem vistos de acordo com o desenvolvimento econômico da região.

Contudo, o curso de Técnicas de Transações Imobiliárias deparou-se com problemas burocráticos e tempo de duração, pois, o mesmo exigia uma grade de no mínimo oitocentas

horas aulas, fato que descaracterizaria o certame como um FIC e o tornaria um curso de extensão. De outra maneira, necessitaria do aval por parte do órgão da classe profissional e demandaria tempo na liberação desse processo.

Após debates sobre a temática, surge a ideia da elaboração do curso de “Direitos Humanos, Ética, Convivência Democrática e Educação Inclusiva na Construção da Sociedade Possível”, com duração de sessenta horas aulas.

Vencidas as etapas de denominação dos FIC’s, passamos para a elaboração do plano de curso, no qual contemplou-se título, arco operacional, área de abrangência, localidade onde seria oferecido, carga horária, público alvo, nível exigido de escolaridade, período de realização, forma de ingresso, qualificação conferida, número de vagas oferecidas, justificativa, objetivos, perfil de ingresso, matriz curricular, metodologia, cronograma de realização, recursos, avaliação e critérios de conclusão, certificados e referências, enfim, toda uma estrutura a fim de submeter às burocracias de aprovação previstas nas normas internas do Instituto Federal de Brasília.

Na reformulação do FIC, os componentes curriculares foram divididos entre os discentes de forma que estes deveriam elaborar e apresentar suas unidades didáticas à professora Stela Teles, responsável pelo estágio supervisionado, para avaliação e validação.

Embora eu estivesse convocado para ministrar duas componentes curriculares, “*Fundamentos da Educação Inclusiva*” tornou-se meu principal instrumento para aplicação do conhecimento no fazer docente à medida em que idealizei todo o conteúdo programático e elaborei a unidade didática. Aliás, o principal objetivo foi suscitar uma reflexão construtiva e necessária acerca do tema.

Encerrado o percurso de responsabilidade dos discentes na preparação dos FIC’s onde abarcou o planejamento, identificação dos componentes curriculares, preparação do plano de curso, planos de ensino e elaboração das unidades didáticas, os cursos de formação continuada foram entregues à submissão do colegiado para análise da grade curricular, validação, publicação e trâmite burocrático. Vale ressaltar que nessa etapa, a empolgação se apresentou como recompensa, pois, produzir um plano de curso com todos os dispositivos nele exigidos nos propõe pensar que estamos caminhando rumo ao sucesso para essa nova formação.

4.4 Estágio supervisionado IV: apresentação e intervenção do FIC

Aprovado pelos dirigentes do Instituto Federal de Brasília, *campus* Samambaia, o FIC “Direitos Humanos, Ética, Convivência Democrática e Educação Inclusiva na Construção da

Sociedade Possível” foi oferecido à comunidade com trinta vagas disponíveis aos candidatos. Essas, foram sorteadas entre os cento e seis inscritos e resultaram em apenas onze matriculados.

Para delinear ações acerca das proposições do curso, a professora Stela Teles propôs um encontro excepcional para todos os discentes onde foram apresentadas as diretrizes norteadoras à execução das fases exigidas para o quarto semestre.

No encontro, que contou com a presença do coordenador do curso, tomamos conhecimento dos prazos e orientações que permeariam o curso de formação continuada. Foi relatado que, como o certamente teria características peculiares no sentido de que as aulas seriam ministradas pelos formandos, mas estes não teriam responsabilidade direta pelo processo, algum teste de conformidade deveria ser realizado antes de seu início, haja vista no nome da instituição e do corpo docente estar jogo.

Ficou decidido que os futuros docentes deveriam preparar a unidade didática sobre seu componente curricular e apresentá-la a um membro do corpo docente em forma de aula, abrangendo todo o conteúdo norteador, passo a passo de como ocorreria as dinâmicas, recursos a serem utilizados, enfim, toda a metodologia utilizada na construção do conhecimento. Para validação de minha aula a professora indicada foi a Fabiana Casarin.

Com efeito, essa ação objetivava identificar distorções relacionadas ao andamento das aulas e também contribuir, sobretudo, com o aparato apropriado daqueles que, devido sua experiência, acumularam desenvoltura em sua trajetória profissional do fazer e ser docente.

Regularizadas possíveis distorções, a proposta de intervenção foi iniciada no dia 02 de março de 2020, com a presença de todos os futuros docentes. Na aula inaugural, cada um se apresentou no início e informou aos alunos quais seriam os componentes pelos quais estariam responsáveis em dividir conhecimentos.

O cronograma de aulas estava em pleno andamento, inclusive, com a presença da docente titular para o acompanhamento e amparo aos pupilos, quando necessário. Porém, por razões maiores, foi decretado estado de pandemia da COVID19, fato que obrigou a suspensão das aulas no Distrito Federal, pois entrou em quarentena.

A expectativa de interrupção seria por pouco tempo. Entretanto, devido ao grande e assustador número de óbitos pela contaminação do coronavírus, esse prazo foi prorrogado várias vezes impossibilitando a intervenção daqueles que se prepararam ao longo de três semestres para colocar em prática suas habilidades e encarar os desafios frente a uma turma de alunos.

Contudo, nessas idas e vindas do calendário escolar propostas pelas autoridades, foi proposto a continuação das aulas de uma maneira remota, motivo pelo qual criou-se um pânico entre os discentes já que teriam que repensar toda uma estratégia de aula presencial para uma modalidade totalmente nova, quais dispositivos seriam utilizados, se estariam preparados para isso e supridos de equipamentos que atendessem as demandas.

O fato é que não haveria tempo hábil para reformulação do curso e nem tampouco, expertise para lidar com as ferramentas tecnológicas existentes no mercado para se apropriarem de conhecimento robusto e segurança operacional para ministrar seus componentes.

Para acalmar toda a tempestade causada pelo ensino remoto, o colegiado se reuniu e decidiu por finalizar o estágio sem o término do FIC. Tal situação foi repassada a turma em reunião feita pelo Google Meet, no dia 06 de agosto de 2020 na qual, além dos formandos, estavam presentes os docentes e orientadores Rodrigo, Stela, Andrea, Fabiana e Mônica.

Contudo, apesar de finalizado o estágio nestas condições, eu me sentia preparado para intervenção tendo em vista todo arcabouço acumulado durante a trajetória do curso de Licenciatura em Educação Profissional e Tecnológica do IFB, *Campus* Samambaia.

Descreve-se a seguir a unidade curricular em que o autor se baseou para ministrar sua componente:

Fundamentos da educação inclusiva

Público alvo

Membros da sociedade civil, servidores públicos, trabalhadores e estudantes interessados em desenvolver ações em defesa dos Direitos Humanos, Democracia, Cidadania e inclusão social; Ter mais de 18 anos de idade e conhecimentos básicos de informática.

Apresentação

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) proclamada em 10 de dezembro de 1948, serviu como referência à elaboração de cartas magnas de muitos estados democráticos de direito. Nessa analogia, a Constituição Federal do Brasil (1988) se apropriando de boas práticas, cravou em seu art. artigo 6º, com texto de fácil compreensão que “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia (...)”. Nesta tocada, na contemporaneidade, surgiram, no arcabouço legal, dispositivos que permeiam a educação inclusiva, embora perceba-se que a estrutura educacional está longe de se apresentar como solução às necessidades dessa demanda social tão presente em nossa coletividade.

Apesar das deficiências encontradas no sistema pedagógico brasileiro, boas práticas docentes no âmbito da inclusão, são pensadas para favorecer a construção do conhecimento em meio à diversidade valorizando a atenção a todos os sujeitos como diferentes em sua individualidade, seja como pessoa com necessidade específica, relacionado a cor, raça, classe, gênero e ainda religião. Nessa concepção mediar a construção do conhecimento utilizando-se de conceitos como empatia, acolhimento e exclusão é possível oferecer uma ação pedagógica construtiva e arrebatadora a todos os atores envolvidos nesse processo educacional, afinal se aprende estudando, assim como, ensinando!

Todo educando é revestido de sua própria identidade e por esta razão leva consigo seu conhecimento de mundo que são base para aplicação da teoria da aprendizagem significativa (TAS). Segundo Ausubel, Novak e Hanesian (1998, p. 3) “Teorias e métodos de ensino considerados válidos devem relacionar-se à natureza do processo de aprendizagem em sala de aula e também aos fatores cognitivos e afetivos sociais que o influenciam”. Neste sentido, a TAS, na seara metodológica, se apresenta como forma de pensar, escolher e interpretar o processo de aprendizagem dos educandos.

Contudo, para que haja desenvolvimento no processo de ensino/aprendizagem, os envolvidos devem despir-se de preconceitos e barreiras atitudinais para que as reflexões possam surgir de maneira harmoniosa e construtiva como o tema exige.

Objetivos

Reconhecer-se na pessoa do outro em suas necessidades;

Refletir a importância da escola para um discurso construtivo frente à discriminação;

Desvelar discursos pretensiosamente universais que engessam a pluralidade

Revisão de valores e crenças observados nas práticas educativas;

Dialogar construtivamente sobre práticas sociais e discursivas que negam a pluralidade.

Conteúdos

Atitudinais: propõe ressignificar seus próprios conceitos, valores e crenças acerca do universo da educação inclusiva.

Procedimentais: resumem-se em colocar em prática o conhecimento que foi aprendido e apreendido durante a trajetória educativa. Neste sentido, propor-se-á discussões construtivas com exposição de vídeos, estudos de casos e debates sobre a temática.

Conceituais: tem por objetivo revelar-se como base essencial na busca do saber e associado a desenvolvimento da parte cognitiva concerne ao sujeito distinguir o real do

abstrato, por esta razão, os educandos são compelidos a conceituar sua compreensão sobre a instrução apreendida.

Cronograma das Aulas

Quadro I – Atividades de Aulas

ATIVIDADES	TEMPO
Motivacional ao tema - Aula 1	50 min
Trabalhando conceitos da educação inclusiva – Aula 2	50 min
Trabalhando a desconstrução de paradigmas acerca de diversidade e inclusão no ambiente escolar - Aula 3	50 min
Atividade final - Aula 4	50 min

Fonte: Do autor, 2019.

Sequência de Atividade

Aula 1: Motivacional ao tema

Atividade 1

Iniciando as atividades com o acolhimento aos educandos, apresentação do docente e do componente curricular, em seguida será solicitado que alunos se apresentem e informem o que os motivou a estarem matriculado no curso de Formação Inicial Continuada (FIC) de Direitos Humanos, Ética, Convivência Democrática e Educação Inclusiva na Construção da Sociedade Possível, seus conceitos sobre diversidade e inclusão e suas expectativas com a disciplina. Num segundo momento, propor-se-á uma dinâmica dividindo a sala em dois grupos, os quais indicarão 4 (quatro) participantes para elaboração da tarefa. Os indicados serão nomeados o líder que terá o papel de orientar os demais e não poderá, em hipótese alguma, intervir diretamente nos trabalhos, um cego que terá seus olhos vendados, um deficiente físico que terá um dos braços imobilizado e um surdo (este deverá representar um indivíduo que não compreenderá as orientações do líder, nem tampouco o comando dos demais participantes, de modo que não conseguirá ajudar na realização através da fala dele, salvo se ele conhecer a língua de sinais. Os educandos excedentes aos 4 (quatro) que realizarão a tarefa serão apenas espectadores. O produto a ser confeccionado é um dado (bozó) de 6 partes em papelão.

Figura I – Elaborando a tarefa – Grupo 1



Fonte: Gomes, L, 2019

Figura II – Elaborando a tarefa – Grupo 2



Fonte: Gomes, L, 2019

Aula 2: Trabalhando conceitos da educação inclusiva

Atividade 2

Partindo das percepções da dinâmica, pretende-se compreender o cenário (sala de aula) da diversidade e o desafio da inclusão, trabalhando seus conceitos, pois nele temos atores diferentes que precisam se relacionar para criar meios de uma convivência harmônica, muito embora, a exclusão ainda se apresente porque a pessoa surda sentir-se-á excluída. Abre-se então a discussão nos grupos de modo que eles indiquem um relator para transmitir suas percepções iniciais e as que identificaram durante a realização da tarefa.

Figura III – Debate – Grupo I



Fonte: Google (2019)

Figura IV – Debate II



Fonte: Google (2019)

Na sequência, far-se-á um relato sobre as normas que versam sobre a educação inclusiva apresentado um breve contexto histórico sobre as mesmas.

Aula 3: Trabalhando a desconstrução de paradigmas acerca de diversidade e inclusão no ambiente escolar

Atividade 3

Como motivador para a próxima tarefa, iniciar-se-á com um vídeo de uma música intitulada “Ser diferente é normal” interpretada por Gilberto e Preta Gil para que ainda no ambiente da inclusão, os educandos observem o que se passa na película, qual o sentido de sua letra, porque da legenda, etc.

Vídeo 1 – Ser diferente é normal



Fonte: Youtube (2019)

A seguir a proposta é a divisão da sala novamente em dois grupos, no máximo três, para os quais serão apresentados um estudo de caso para cada acerca do tema. A avaliação do estudo de caso tem a presunção de instigar sentimentos avessos e de identidade para que de uma maneira propositiva seja debatida pelos educandos como forma de desconstrução de práticas sociais e discursivas que negam a pluralidade. Como referência, um dos modelos a ser utilizado pelos grupos: no componente curricular “História” durante a trajetória educacional no Brasil suscitou a cultura afro sempre relacionada à escravidão, de outra forma, apresentou a sociedade o negro como um equipamento utilizado para o ganho da população branca, e, portanto, desconsiderou na historicidade sua contribuição para formação de nossa matriz cultural. Com a implementação Lei 10639/2003 foi instituído o dia Nacional da Consciência Negra comemorado no dia 20 de novembro em homenagem ao dia da morte do líder quilombola negro Zumbi dos Palmares e é marcado pela luta contra o preconceito racial no Brasil. Nessa perspectiva a referida Lei propõe ao currículo nacional de educação a inclusão da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”. Passados 16 anos de sua promulgação o que se percebe em tempo presente?

Figura V – Debate – Grupo 1



Fonte: Google (2019)

Figura VI – Debate – Grupo 2



Fonte: Google (2019)

Aula 4: Atividade final

Atividade 4

Nessa etapa, aplica-se questionário de autoavaliação no sentido de reconhecer ou não a temática como dispositivo relevante na contemporaneidade, que suscitou uma reflexão sobre seu próprio entendimento e se houve a consequente ressignificação dos sentidos ligados ao tema. De outra maneira, no mesmo questionário, avaliará as ações pedagógicas do docente para que este possa, após análise, adequar ou até ressignificar suas práticas do fazer docente.

- a) Com base nas reflexões do tema e sobre a formação do ser enquanto indivíduo social, construa uma argumentação acerca de suas percepções iniciais e finais do componente fundamentos da educação inclusiva.
- b) Apesar das deficiências encontradas no sistema pedagógico brasileiro, boas práticas docentes no âmbito da inclusão, são pensadas para favorecer a construção do conhecimento em meio à diversidade valorizando a atenção a todos os sujeitos como diferentes em sua individualidade! A partir dessa afirmativa defenda ou não sua participação no processo de inclusão dos indivíduos no meio social.
- c) Com base nas expectativas primárias acerca do componente fundamentos da educação inclusiva, posicione-se sobre a atuação do educador quanto a temática e se, de alguma forma, este colaborou no processo de ressignificação de suas percepções e sentimentos a respeito dessa temática tão delicada, mas também, contemporânea!

Avaliação

De forma contínua, o docente avaliará essa unidade didática através da participação na dinâmica, debates, estudo de caso e reflexões. Por fim, a auto avaliação e também do

docente farão parte integrante do processo avaliativo, processo este que será apresentado de forma impressa.

Referências

BARROS, RAQUEL P. **Educação e diversidade: Desafios na inclusão escolar e na implementação da Lei 10.639/03**. Campina Grande: CINTEDI, 2014. 10 p. Disponível em: <http://editorarealize.com.br/revistas/cintedi/trabalhos/Modalidade_1datahora_14_11_2014_21_17_07_idinscrito_550_ad3803c0f593eb9bacf0c013a9699532.pdf> Acesso em 12 de nov. de 2019.

FERNANDES. K. **Os conteúdos conceituais, procedimentais e atitudinais em correlação com os eixos temáticos dos pcns**. 2010. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/artigos/os-conteudos-conceituais-procedimentais-e-atitudinais-em-correlacao-com-os-eixos-tematicos-dos-pcns/35902/>>. Acesso em: 12 de novembro de 2019.

LIMA, MARIA J. D. **Diversidade, inclusão e Paulo Freire: Discussões e reflexões iniciais na educação**. 2013. Disponível em: <<http://coloquio.paulofreire.org.br/participacao/index.php/coloquio/viicolquio/paper/download/311/443>> Acesso em 12 de novembro de 2019.

SOUZA, CARLOS R. R. **Uma sequência didática para ensino da transformação e conservação da energia sob a perspectiva da teoria da aprendizagem significativa**. 2019. Disponível em: <[http://ifg.edu.br/attachments/article/10717/Produto_educacional_2019_Carlos_Roberto_Rodrigues_de_Souza\(.pdf1765kb\).pdf](http://ifg.edu.br/attachments/article/10717/Produto_educacional_2019_Carlos_Roberto_Rodrigues_de_Souza(.pdf1765kb).pdf)> Acesso em 12 de novembro de 2019.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As experiências trocadas abarcando o conteúdo programático, os testemunhos dos educadores, as simulações de apresentação em forma de aula aos colegas e professores, a interação entre educador e educando, administração de conflitos, tecnologias e recursos utilizados, material didático, observação, entrevista e a construção do FIC durante a trajetória dessa formação sugere que educação está estruturada para possibilitar aos futuros professores uma maior instrumentalização no ato de educar e emancipar o ser através da educação na mesma medida em que identifica o educando como principal objeto do educador no processo de ensino-aprendizagem.

O educando por sua vez, amparado no conhecimento apreendido nesse percurso, se reveste de aprendizado para encarar desafios que o propicia ressignificar seu conhecimento sobre o que é educação e o quanto ela contribui na transformação de sua vida.

Demonstra que a relação educação e trabalho caminham no mesmo sentido da formação do ser humano e que, portanto, não se pode haver distinção entre os indivíduos levando em consideração suas características físicas, intelectuais ou mentais.

Procurou-se ainda, acenar para a inclusão da pessoa com necessidade específica no ambiente educacional e corporativo de forma a comparar a legislação que norteia o tema e tecer comentários sobre a percepção de um profissional da contabilidade no tratamento dos dispositivos legais nos ambientes supracitados.

Por fim, conclui-se que toda a experimentação pedagógica apreendida na Licenciatura em Educação Profissional e Tecnológica servem como base para a reflexão dos princípios da educação inclusiva no ambiente educacional e corporativo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição (1988)**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 26 de nov. de 2019.

BRASIL. **Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909**. Rio de Janeiro, RJ, 1909. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/decreto_7566_1909.pdf. Acesso em: 26 nov. 2019.

BRASIL. **Lei 10.097, de 06 de dezembro de 2000**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 de dez. 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10097.htm>. Acesso em 15 de set. de 2020.

BRASIL. **Lei 11.788, de 25 de setembro de 2008**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 de set. 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11788.htm#art20>. Acesso em 15 de set. de 2020.

BRASIL. **Lei 13.146, de 06 de julho de 2015**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 07 de jul. 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>. Acesso em 15 de set. de 2020.

BRASIL. **Lei n. 8.213, de 24 de julho de 1991**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 14 ago. 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8213cons.htm>. Acesso em 15 de set. de 2020.

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/l9394.htm>. Acesso em: 26 nov. 2019.

COSTA, Ana Maria Machado da. **Inclusão Gradual no Trabalho** In: PASSERINO, Liliana et al. (Org.). Comunicar para Incluir. Porto Alegre: CRBF, 2013. P. 61-79

DALTRO, M.; FARIA, A. A. de. **Relato de Experiência: uma narrativa científica na pós-modernidade**. UFRJ – Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/view/43015> Acesso em: 29 set. 2020.

DEWEY, John. **Democracia e educação: introdução à filosofia da educação**. São Paulo: Nacional, 1979.

Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2015/05/cidades-saude-e-educacao-lideram-valor-de-cortes-no-orcamento.html>> . Acesso em: 27 nov. 2020

Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/governo-lula-corta-r-1-28-bilhao-da-educacao/>>. Acesso em: 27 nov. 2020.

Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/08/12/senadores-criticam-corte-de-r-4-2-bi-do-orcamento-da-educacao-para-2021>>. Acesso em: 27 nov. 2020

FREIRE, P. **Educação e mudança**. 12. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1979.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 41ª reimpressão. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas 2003.

LIBÂNEO, José Carlos. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. São Paulo: Cortez, 2005.

NASCIMENTO, Eliane de Sousa; MIRANDA, Theresinha Guimarães. **O Trabalho e a Profissionalização das Pessoas com Deficiência**. **Revista da FAGED**, Salvador, v. 12, n. 12, p. 169-184, 2007. Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/rfaced/article/view/2761/1949>>. Acesso em: 29 set. 2020.

PILETTI, C. **História da educação de Confúcio a Paulo Freire**. In: PILETTI, C. PILETTI, N. 1. ed., 4ª reimpressão, São Paulo: Contexto, 2018.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

APÊNDICE A

Entrevistas semiestruturadas realizadas com os alunos

As entrevistas foram realizadas na segunda fase do estágio supervisionado utilizando-se de questões semiestruturadas direcionadas à alunos do Instituto Federal de Brasília, *Campus Samambaia*, do curso Técnico em Edificações do PROEJA.

Questões aplicadas:

- 1º) Fale sobre seu dia a dia no curso?
- 2º) Fale um pouco como você vê as relações entre os alunos, os professores, os servidores e a escola?
- 3º) O que é ser professor para você? E o professor dentro da sua sala de aula?
- 4º) Como você se vê como aluno no seu processo de aprendizagem?
- 5º) Qual a expectativa que você tem em relação ao curso? Você procura formação profissional ou quer atuar na área?

APENDICE B

Curso FIC

Formatado para ser ministrado em 60 (sessenta) horas no Instituto Federal de Brasília, *Campus Samambaia*, “*Direitos Humanos, Ética, Convivência Democrática e Educação Inclusiva na Construção da Sociedade Possível*”, previa em seu regimento a disponibilidade de 30 (trinta) vagas oferecidas à comunidade em forma de sorteio.

Publicado em 07 de fevereiro de 2020 e registrado em documento legal sob a nomenclatura de edital de seleção de cursos de formação inicial continuada n.º 01 DGSA/IFB de mesma data, na modalidade presencial, requeria de seus participantes inscrições realizadas via internet através de formulário preenchido eletronicamente entre o período de 07 e 17 de fevereiro de 2020 no endereço eletrônico <https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSdXQndF9B4jg6ypOuY9lQLhVKNMQpViiED4YNjqpq8U0awE5jA/closedform>.

Com sorteio de vagas previsto inicialmente para 18 de fevereiro de 2020, matrículas entre 19 a 21 do mesmo mês e início em 02 de março de ano supracitado, exigia dos candidatos apenas ensino fundamental.

Para efetivação da matrícula, o candidato sorteado deveria apresentar no registro acadêmico do “*Campus Samambaia*” documento de identidade com foto, CPF, foto 3x4, comprovante de residência e escolaridade.

Com aulas às segundas e terças feiras, o instrumento educativo suscitou como perfil de alunos membros da sociedade civil, servidores públicos, trabalhadores e estudantes interessados em desenvolver ações em defesa dos direitos humanos, democracia, cidadania e inclusão social.

A grade curricular estava composta como segue:

Quadro I – Grade curricular

DIREITOS HUMANOS, ÉTICA, CONVIVÊNCIA DEMOCRÁTICA E EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA CONSTRUÇÃO DA SOCIEDADE POSSÍVEL			
COMPONENTE CURRICULAR	DATA	HORAS	DOCENTE
Direitos nos D. H.	02/03/2020	4hs	Albertino/ Laiz
	03/03/2020	4hs	
Democracia e D. H.	09/03/2020	4hs	Davi Rômulo
Meio Ambiente e D. H.	10/03/2020	4hs	Mário César
História dos Arquivos e D. H.	16/03/2020	4hs	Carlos Tiago
Ética e D. H.	17/03/2020	4hs	Albertino/Davi Rômulo
Fundamentos da Educ. inclusiva; Inclusão e Acessibilidade no Turismo	23/03/2020	4hs	Ari/ Sthefani
	24/03/2020	4hs	
Minorias étnicas e raciais, Indígenas, Quilombolas, Homossexuais e defesa de crença	30/03/2020	4hs	Alex Pereira
	31/03/2020	4hs	
[Direitos da] Mulher	06/04/2020	4hs	Ana Cristina/ Albertino
Territorialidade e cidadania [Topografia(s) da(s) cidade(s)]	07/04/2020	2hs	Davi Rômulo
Sem Teto e Sem Terra		2hs	Denise Maria
	13/04/2020	4hs	
Sociabilidade do trabalho	14/04/2020	4hs	Ari/ Davi Rômulo

Trabalho e Estado	20/04/2020	4hs	Albertino
Total	15 encontros	60hs	

Fonte: Graduandos de licenciatura (2019)